Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

28 de Outubro de 2026
Brasília - DF

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 4119

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

A PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em dívida ativa e que essas pessoas jurídicas se encontram na situação cadastral **Encerrada por Liquidação Voluntária**.

Isso significa que os(as) administradores(as) solicitaram a baixa do CNPJ, mas não efetuaram o pagamento dos débitos da empresa com a União, o que indica que não foram seguidas as fases legais para encerramento da pessoa jurídica.

Quando uma pessoa jurídica é baixada, a lei determina que seja realizada a sua **liquidação**, para verificar a situação patrimonial da empresa: quais são os seus débitos e quais são os seus créditos. Nesse momento, os débitos da empresa devem pagos com os seus eventuais créditos. Se os débitos forem maiores do que os créditos, deve ser solicitada a falência da empresa.

Como os débitos com a União, inscritos em dívida ativa, das pessoas jurídicas abaixo listadas não foram pagos, e não foi solicitada a falência, isso indica que elas foram **extintas irregularmente**.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em dívida ativa.

Ao final deste Edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em dívida ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado(a):

1. que não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
2. a observância da fase de liquidação; ou
3. que a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

Ao impugnar, devem ser anexados todos os documentos que comprovem a defesa.

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em dívida ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra a decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Regularize: **regularize.pgfn.gov.br.**

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital**.

No Regularize, acessar a opção **"Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu " **Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **“Serviços e Orientações” > “Orientações de serviços aos contribuintes” > "Carta de Serviços" > “Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade”**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, art. 10; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4°, § 2°; Lei n. 11.598, de 3 de dezembro de 2007, art. 7º-A; Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 9º; Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, arts. 1.102 a 1.112; Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, arts. 208 a 219; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar este Edital e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
DAMARIS ROCHA FRAGA PIRES	***.430.***-**	MARIA E EDSON COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	30.863.726/0001-19	1234675033
JOSE ADAIR DA SILVA	***.997.***-**	COMERCIO E ELETRO-TECNICA FLORESTA LTDA	02.233.889/0001-82	1234678243
MARCAL DE MANCILHA	***.972.***-**	TECBAM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	05.641.935/0001-70	1234717178
RENATA ALVES DA SILVA	***.848.***-**	SOCIAL BUFFET FESTAS LTDA	19.160.607/0001-67	1234720185
MARISONI NORDELINO ARRIAL LAURINDO	***.143.***-**	M N A LAURINDO CONFECCOES LTDA	13.723.199/0001-28	1234739266
VALMOR MIRANDA	***.875.***-**	METALURGICA MIRANDA LTDA	00.855.913/0001-90	1234814661
JOSE MAURICIO SANTOS MOUCO	***.600.***-**	HOUSE SAT SERVICOS LTDA	00.709.856/0001-30	1234821932
ALESSANDRA DO ROCIO MOREIRA VILLELA	***.468.***-**	ALESSANDRA VILLELA PAISAGISMO LTDA	05.586.900/0001-86	1234903947
KAWAN CIMONAL BRITO BEZERRA	***.562.***-**	PIZZARIA ROMANA LTDA	26.771.268/0001-10	1234732731
JOSE HUMBERTO DA SILVEIRA	***.079.***-**	MINIMERCADO LM LTDA	17.587.290/0001-14	1234667395

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
MARCIA COSTA RODRIGUES	***.086.***-**	M. RODRIGUES & CIA LTDA	19.188.091/0001-69	1234685887
EDSON REIS CONCEICAO	***.579.***-**	E. R. CONCEICAO EIRELI	15.003.362/0001-03	1234687384
CLAUDIO JOSE INACIO	***.605.***-**	RENASCER ESTOFADOS LTDA	17.284.044/0001-93	1234688601
ELCINEI COSTA SILENCIO	***.918.***-**	CHURRASCO, COMERCIO E SERVICOS LTDA	26.195.695/0001-06	1234688480
MARCELO FERREIRA PONTE	***.253.***-**	FORGUS SISTEMAS ELETRONICOS E SERVICOS LTDA	21.807.786/0001-23	1234688620
SAULO LECI FERREIRA	***.135.***-**	K S TRANSPORTE E TURISMO LTDA	08.864.545/0001-58	1234799074
STELAMAR SILVA ROCHA	***.846.***-**	JURACY RESTAURANTE LTDA	05.441.970/0001-46	1234825331
PAULO CESAR LAMBOIA	***.437.***-**	PAULO CESAR LAMBOIA & CIA LTDA	80.512.825/0001-24	1234836020
GIULIANO GUIMARAES	***.019.***-**	GIULIANO GUIMARAES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	30.499.330/0001-34	1234854300
JOSE DE SOUZA MESSAGIO	***.317.***-**	J.J. SUPERMERCADO E FRUTEIRA LTDA	32.845.932/0001-21	1234836533
ALCIDES FERREIRA DE AGUIAR	***.290.***-**	LIMA & AGUIAR LTDA	04.460.724/0001-79	1234782336